

As Invasões Francesas no Norte de Portugal, os custos financeiros. Contribuições Eclesiásticas e Cíveis*

José Viriato Capela

Suficiente a este propósito geral de análise, de modo a perceber a importância da papel do Estado e dos serviços que o mesmo presta. O Estado, de facto, a partir do século XVIII e até ao século XIX, teve um papel muito importante na economia, não só através das novas estruturas e políticas públicas (educação, saúde, justiça e defesa...) como também através da criação de novas instituições e organismos (bancos, companhias, etc.) e da intervenção directa em actividades económicas. Mas foi esta intervenção que levou ao crescimento da dívida pública e à necessidade de recorrer a empréstimos estrangeiros para a realização de grandes obras de infra-estrutura e de desenvolvimento económico.

Em Portugal, a situação financeira do Estado foi sempre muito precária, devido à falta de recursos próprios e à necessidade de recorrer a empréstimos estrangeiros. Esta situação foi agravada pelas invasões francesas, que levaram à destruição de bens e à fuga de capitais. No entanto, a intervenção do Estado foi fundamental para a recuperação da economia e para a realização de obras de infra-estrutura.

As novas contribuições de guerra das invasões francesas, embora tenham sido muito importantes para a recuperação da economia, também levaram a um aumento da dívida pública e à necessidade de recorrer a empréstimos estrangeiros.

Em Portugal, a situação financeira do Estado foi sempre muito precária, devido à falta de recursos próprios e à necessidade de recorrer a empréstimos estrangeiros. Esta situação foi agravada pelas invasões francesas, que levaram à destruição de bens e à fuga de capitais. No entanto, a intervenção do Estado foi fundamental para a recuperação da economia e para a realização de obras de infra-estrutura.



As invasões e a defesa estão na origem do lançamento de uma volumosa carga fiscal e contributiva sobre as populações. Às contribuições ordinárias que vem do passado, acrescentam-se agora as contribuições extraordinárias, primeiro de Guerra e depois de Defesa, que significaram por regra a duplicação da carga contributiva. A esta carga e sobrecarga estadual, devem juntar-se todas as restantes contribuições e serviços voluntários e forçados que as circunstâncias locais obrigavam, por ordem dos concelhos e autoridades locais. Esta sobrecarga fiscal atingirá agora também os estratos nobres e outros até aí isentos, por efeito das medidas político-sociais de extinção dos privilégios fiscais e das medidas de política económico-doutrinária que pretendem abarcar a contribuição do mais largo sector produtivo, em obediência ao princípio novo de que são os sectores que mais produzem riqueza os que mais devem contribuir.

Subjacente a este processo geral de aumento de impostos e massa contributiva está o alargamento do papel do Estado e dos serviços que o novo Estado ilustrado, despótico, reformista e pré-liberal do século XVIII e alvares do século XIX deve exercer, no campo dos serviços tradicionais mas também dos novos serviços e políticas públicas (ensino, assistência, polícia, guerra e defesa...) combatendo a concorrência das fiscalidades particulares, Igreja e senhorios, mas de tudo agora devendo fazer «carne para canhão». Mas vai ser sobretudo a guerra que agora atingirá um plano inter-continental de grandes coligações e grandes estados que obrigará à mais alargada realização de recursos financeiros¹.

Para Portugal este movimento deve recuar-se às reformas pombalinas do Estado e das finanças públicas e também às necessidades de Guerra dos 7 anos (1762)². E depois com novo fôlego, retomando inclusive medidas, projectos e aplicações vindas do pombalismo, no período pós-1796, em que se abrirá para Portugal um novo ciclo de guerra e despesas militares, agora no contexto do grande confronto intercontinental dos impérios marítimo e continental, o inglês e francês, napoleónico³.

As novas contribuições do tempo das invasões francesas situam-se, pois, neste movimento longo de alargamento da carga contributiva, por virtude do crescimento do Estado e da Guerra.

¹ Josef Fontana, *La quiebra de la monarquía absoluta, 1814-1820*, 3.ª ed., Barcelona, Editorial Ariel, 1978.

² Jorge de Macedo, *A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos*, Porto, Livraria Portugal, 1951.

³ *Política, administração, economia e finanças públicas portuguesas (1750-1820)*. Textos para o ensino da História da Portugal, com estudos introdutórias de José Viriato Capela, Braga, Universidade do Minho, 1993.

* Este texto faz parte de uma obra de conjunto sobre os concelhos do Norte de Portugal na Restauração Nacional de 1808, José Viriato Capela, Henrique Matos e Rogério Borralheiro, *O Heróico Patriotismo das Províncias do Norte. Os Conselhos na Restauração de Portugal de 1808* (Casa Museu de Monção/Universidade do Minho, 2008, pp. 148 e ss.)

No conjunto de nova afectação social e fiscal da massa contributiva serão os rendimentos e bens eclesiásticos os mais afectados e por eles, à cabeça, o estado eclesiástico que era quem mais beneficiava destes rendimentos. Ao lado dele, mas a larga distância, será o próspero sector mercantil até aí também largamente isento, que verá também sobre ele lançar-se uma significativa carga fiscal de que tradicionalmente andava arredado.

Pelos registos municipais só parcial e indirectamente é que nos apercebemos desta contribuição porque a prestação dos eclesiásticos realiza-se por canais próprios que não os municipais e a contribuição do comércio fez-se em grande parte pela Junta do Comércio. A estes registos vem sobretudo a contribuição civil territorial. Porém para perceber a actuação do clero e sector eclesiástico na invasão e Restauração, é necessário atentar nela, para perceber os interesses que estão em causa, que estão a ser ameaçados e por eles o sentido da enorme mobilização eclesiástica, para a defesa do Estado monárquico e Sociedade de Antigo Regime e depois para a Restauração. No mesmo plano de ideias também relativamente ao sector mercantil. Lançaremos aqui mão de outras informações que permitirão enquadrar os dados referentes ao clero e ao sector mercantil que perpassam os registos municipais.

1. A contribuição eclesiástica do arcebispado de Braga⁴

Pertence ao pombalismo o programa mas também a realização de submeter os rendimentos eclesiásticos à mais geral contribuição pública. É do último ano da sua administração que toma forma a determinação de submeter à contribuição geral da décima, os rendimentos eclesiásticos dos párocos, beneficiados e pensionários, santuários e confrarias eclesiásticas, tal como o de todos os patrimónios do clero, possuídos a qualquer título. Para esse efeito chegaram mesmo a ser feitos, pelas diferentes dioceses, os respectivos inquéritos que contudo nunca chegariam a ser postos em execução.

O governo de D. Maria I não só abandonará o projecto pombalino de colectar os rendimentos eclesiásticos como de um modo geral isentará ou permitirá que se fossem eximindo de pagar para a décima secular os bens e rendimentos que nela haviam sido integrados. Mas em 1796 a situação tornava insustentável a continuação da isenção dos eclesiásticos e outros privilegiados, perante as urgências financeiras da guerra e a total exaustão da massa tradicional dos contribuintes. E pela carta régia de 15 de Outubro de 1796 é criado então o subsídio da

⁴ Seguimos aqui de perto José Viriato Capela, *Entre-Douro e Minho 1750-1830. Finanças, administração e bloqueamentos estruturais no Portugal Moderno*, Braga, 1987, volume II: A Contribuição de Guerra, pp. 377 e ss.

décima eclesiástica, pedindo-se-lhe uma contribuição semelhante à que é paga pelos seculares, entregando-se aos ordinários das dioceses a sua cobrança, administração e condução ao Erário.

Em Braga, a acreditarmos na ordem ambulatoria dirigida aos párocos para a elaboração dos inquéritos dos rendimentos, o Arcebispo não só se mostrava disponível a corresponder ao pedido e urgências da República – que mais que ninguém os eclesiásticos «como membros distintos, e ainda favorecidos por ella com os mais singulares privilégios e izençoins devem ser os primeiros em socorre lla»⁵ – mas também exortava todo o clero, párocos, dignidades e corporações seculares e regulares e isentas de Malta à mais pronta, exacta e fiel colaboração na descrição dos seus rendimentos.

De início para muitos a ordem de D. Maria foi entendida como um subsídio voluntário, tomando a forma de um donativo, feito de uma só vez, que a monarca solicitava ao «estado» eclesiástico, esperançado na sua melhor contribuição. Mas o evoluir dos tempos mostrará que estava radicalmente enganado.

Se a entrega à hierarquia eclesiástica da responsabilidade do lançamento e cobrança do imposto traduz em grande medida a força da Igreja em Portugal, não deixa também de reconhecer as enormes dificuldades e talvez até o fracasso de pretender interferir no seio de uma instituição tão poderosa, sobretudo numa altura em que o que estava em causa e interessava era a rápida realização de fundos disponíveis. As dificuldades e até o odioso da tarefa viria assim a recair sobre a hierarquia eclesiástica, à cabeça da qual estavam os ordinários, bispos, arcebispos e administradores das dioceses. Em Braga, diocese extremamente grande, de rica e poderosa hierarquia, coros e instituições e muito clero, as dificuldades foram enormes, agravadas pelo facto de competir ao Arcebispo também os lançamentos sobre o clero regular, não sujeito à sua jurisdição ordinária e algum até isento. As dúvidas iniciais sobre a natureza da contribuição – voluntária ou coerciva – logo se desvaneceriam: tratava-se de facto do lançamento de uma décima como a dos seculares, talvez ainda mais pesada e gravosa, como com razão arbitrava o Arcebispo⁶. E ao odioso da carga fiscal suceder-se-ia de imediato também a limitação da jurisdição fiscal. De facto a plena liberdade na administração logo sofreria grandes restrições, pelos menos indirectas mas que punham de facto em causa tal privilégio: uma carta régia de

⁵ Texto da ordem ambulatoria arcebispal, A.D.B., Visitas e Devassas, 554B. Na Corte correu o boato segundo o testemunho do próprio arcebispo D. Fr. Caetano Brandão, da resistência do arcebispo bracarense para a contribuição da décima. *Memorias para a historia da vida do venerável arcebispo de Braga D. Fr. Caetano Brandão...*, 2.^a edição, tomo II, Braga, Typ. dos Órfãos - Praça Municipal, 1867, p. 341.

⁶ *Memorias para a história...*, o.c., p. 345.

13 de Julho de 1796 mandava que com a remessa da Colecta se enviasse também uma relação das rendas de que ela se deduzira. O Arcebispo estranha tal comportamento da parte da Coroa, quando tais requisitos nem sequer eram pedidos aos ministros e superintendências seculares. Novos e redobrados trabalhos que tal provocaria em reunir todos os dados que as respostas ao Inquérito proporcionaram, pormenorizando circunstanciadamente todas as parcelas de pão, vinho, etc., que os párocos e beneficiados houveram por bem declarar e tudo remeter a Lisboa. Em tudo o Arcebispo — e servimo-nos do seu testemunho — pautou a sua acção pela máxima diligência e empenhamento não lhe podendo ser assacadas responsabilidades, como se pretendeu na Corte, por algumas irregularidades⁷. A existirem elas são devidas aos párocos e as respostas aos inquéritos aí estavam para provar a responsabilidade de cada um.

Em 21 de Julho de 1797 era enviado o 1.º semestre da décima do arcebispado: 8.840 mil réis, quantia que ficava bastante aquém das expectativas do Erário⁸. O Arcebispo argumentava que mais não fizera de que cumprir a lei da décima secular que foi aplicada, no seu testemunho, com muito maior exacção do que era feito com os seculares. O que se verificou, de facto, é que a adopção da prática também seguida no Porto e Lisboa do sistema das medidas, a que se afectava o preço da lei, acabou por produzir bastante menos do que a aplicação dos 10% aos rendimentos líquidos dos benefícios, que depois se veio a seguir, com muito maior agravamento das rendas eclesiásticas⁹.

No primeiro ano o valor do lançamento total do arcebispado atingiu cerca de 17 contos e meio. No ano seguinte, reduzidas as dúvidas e aperfeiçoado o sistema de colecta, atingiu-se já mais de 27 contos, que se reduziram em 1799 e 1800, respectivamente para cerca de 24 e 23 contos, por efeito das primeiras avenças das corporações¹⁰. Tal como o que se verifica com a décima secular, o início dos preparativos militares obrigaria a criação de novos recursos financeiros e a uma maior vigilância sobre os existentes: um aviso régio manda remeter e recolher as pratas das igrejas a Santa Cruz de Coimbra e um outro proceder a colecta da décima com maior exacção do que vinha sendo feito até aí¹¹.

⁷ *Ibidem*.

⁸ *Idem*, p. 344.

⁹ *Idem*, p. 345. O valor do 2.º semestre de 8.535.245 réis foi remetido a 24 de Fevereiro de 1798.

¹⁰ A ordem de 21 de Outubro de 1801 aliviará definitivamente os Ordinários da tarefa de cobrar a décima das corporações eclesiásticas. *Memorias para a historia da vida...*, o.c., p. 488.

¹¹ Uma ordem de 10 de Junho de 1801 define os bens que devem ser colectados pelo decreto secular e pela décima eclesiástica (*Collecção de leys*, T. VII (1799-1802), p. 710); outra de 18 de Setembro de 1801 inibindo os juizes da Coroa pelas respectivas Relações de conhecer as causas eclesiásticas que devem ter livre e immediato recurso ao monarca pela repartição do Erário (*Idem*, p. 747).

A ordem régia de 19 de Fevereiro de 1801 impõe novos e rigorosos exames aos rendimentos colectados «para que todos os que perceberem porçoens maiores de cem mil reis paguem a mencionada Decima, com toda a exactidão e rigor»¹². Os rendimentos que não ultrapassassem aquele valor ficariam isentos por tal se reputar como cóngrua necessária ao sustento do clero, a não ser que os rendimentos do pé d'altar contribuíssem para ultrapassar significativamente aquele rendimento¹³. Os resultados foram visíveis: os rendimentos subiram de cerca de 24 para cerca de 28 contos, o que representou um salto bem significativo, se bem que sem atingir o acréscimo de 1/3 parte que a ordem régia previa.

De 1801 a 1808 inclusive, a colecta conserva-se quase inalterada. Em 1808 é aplicado para o Estado o ano do morto de todos os benefícios eclesiásticos de qualquer «ordem, índole, natureza ou padroado» sem excepção de qualquer vacatura ou renúncias, do mesmo modo que o são também todas as pensões laicas ou eclesiásticas, com que os benefícios estejam ou venham a estar pensionados¹⁴. As cóngruas paroquiais julgadas ténues, continuariam isentas¹⁵.

Mais do que qualquer outro sector social, foi o corpo eclesiástico o mais duramente agravado com as Contribuições de guerra e defesa estabelecidas entre 1808 e 1814. Em primeiro pela contribuição dita de Junot imposta pelo decreto de 1 de Fevereiro de 1808: os proprietários dos benefícios eclesiásticos com um rendimento de 600 a 900 mil réis ficam obrigados à entrega de 2/3 do seu rendimento e os que o excedessem a 3/4 para além da décima ordinária em vigor, isto é, no seu conjunto uma contribuição superior a 6 ou 7 décimas! As instruções de 27 de Fevereiro regulavam a forma de lançamento da contribuição, cuja administração, contrariamente à décima ordinária, era entregue às juntas seculares. Para o cálculo do valor dos benefícios, somar-se-iam os diferentes benefícios menores a ele pertencentes e quando estivessem pensionados ou oneradas com pensões que equivalessem ou excedessem as taxas referidas, os beneficiários poderiam reter a parte da contribuição dos respectivos pensionários

¹² *Idem*.

¹³ Em Braga, os rendimentos dos párocos aquém de 100 mil réis andaram colectados desde o início e assim se mantiveram até 1800, embora tal não fosse praticado noutras comarcas, porque a lei da criação da décima os isentava. Numa provisão de 4 de Fevereiro de 1802 dirigida ao corregedor da comarca de Viana, refere-se porém «que continue na cobrança da décima relativa aos que recebem cóngruas que não chegam a utilizar quantia maior que 100 mil réis cada ano, da mesma sorte que fui servido estabelecer pela provisão primordial deste subsídio, sem lhes fazerdes outro abatimento mais do que corresponde ao tempo contado de 18 de Maio de 1801 a 17 de Novembro de 1801» (*Collecção de legislação portuguesa...*, legislação de 1802 a 1810, p. 43).

¹⁴ O rendimento do ano do morto corresponde ao valor total da receita líquida do benefício de um ano. E pago, no caso dos benefícios de rendimentos superiores a 2 contos, no período dos 2 anos seguintes, a data da posse do novo beneficiado metade em cada ano, porque a outra metade ficaria para a sua subsistência. Nos benefícios de rendimentos de 1 a 2 contos o prazo alargar-se-ia até 3 anos e nos rendimentos inferiores a 1 conto, atingia os 4 anos.

¹⁵ Alvará de 3 de Julho de 1806. *Collecção de legislação portuguesa...*, legislação de 1802 a 1810, p. 408.

completando com eles a contribuição total do benefício. Os benefícios e pensões inferiores a mil réis, pagariam somente mais duas décimas de contribuição extraordinária.

Afastado por algum tempo o invasor, abolida a contribuição de guerra, é então instituída a contribuição de defesa, para «ocorrer a salvação do Estado e da Religião e da Independência Nacional». Em 1809 a Regência colectava todas as rendas eclesiásticas de qualquer administração com 3 décimas extraordinárias à excepção das cóngruas dos párocos que não recebessem dízimos. Os prestimónios foram colectados com 2/5 do seu rendimento, isto é, o equivalente a 4 décimas. Encarregados os bispos ordinários da sua arrecadação, estipulava-se-lhes o prazo de 2 meses para a cobrança.

A 2 de Agosto de 1810 uma portaria do governo vinha renovar por um ano a referida contribuição: «Todos os bens eclesiásticos de qualquer administração que sejam» pagariam o terço dos rendimentos anuais em substituição da décima. As cóngruas que não excedessem os 100 mil réis continuavam isentos. Os pagamentos deveriam ser pagos em 2 vezes: metade dentro de 2 meses, e a outra metade no fim do ano.

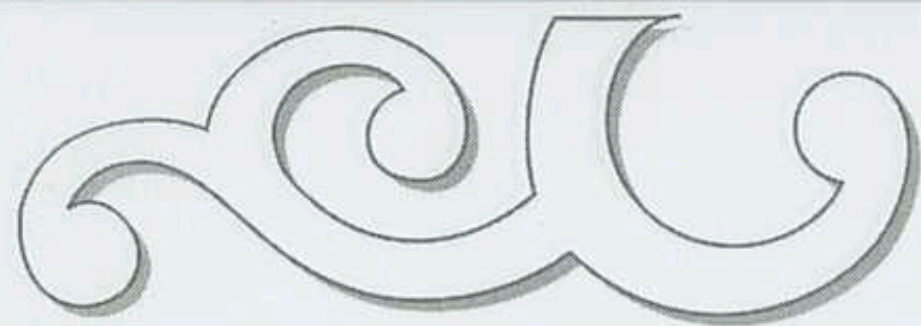
De um modo geral até aqui tinham sido os elementos superiores do estado eclesiástico ou os beneficiários dos rendimentos dízimos os mais afectados pelas contribuições e décimas ordinárias e extraordinárias. Como a maior parte do clero paroquial ou não recebe os dízimos ou porção deles e as cóngruas só raramente ultrapassam o limite dos cem mil réis, pode dizer-se que a generalidade dos párocos — à excepção dos abades — não sofreram, directamente, em grande medida os efeitos do aumento da fiscalidade central.

Em 1811 porém a situação vai alterar-se. Os benefícios que recebem dízimos passam a pagar para além de uma décima ordinária respeitante ao total do rendimento do benefício, um terço de contribuição extraordinária pelos rendimentos dízimos. As cóngruas paroquiais que não passassem os 100 mil réis, pagariam também a sua décima e as superiores, a décima e o terço. Ambas as contribuições traduziram-se num extraordinário agravamento dos níveis de tributação sobre os rendimentos dízimos e eclesiásticos e um elevadíssimo aumento da receita pública: as 3 décimas elevariam a contribuição do arcebispo de cerca de 29 contos em 1808 para 75 em 1809 e a décima e o terço de 1811 colocaria no valor «record» de 155 contos, cômputos esses que se manteriam até à extinção da contribuição extraordinária pela portaria dos Governadores do Reino de 3 de Junho de 1814.

Os bens e rendimentos das corporações regulares, tal como os benefícios e patrimónios dos eclesiásticos seculares vieram do mesmo modo a ser gravados com as décimas e contribuições extraordinárias. Mas a maior parte das corporações não viria a ter uma correspondência e contabilidade directa com a junta dos juro a quem pertenceu esta receita, porque logo depois da criação do imposto elas puderam avançar-se directamente com o Erário, aprovando donativos anuais a pagar pelas corporações, ordens e congregações a que pertenciam. Franciscanos, domínicos, beneditinos, cistercienses e outros mais entregavam nas respectivas casas-mãe o correspondente à rateação interna fixada pelas suas autoridades. Foram como o mais clero secular, sobrecarregadas também de 1809 a 1814 com as contribuições extraordinárias.

Desde cedo, pois, que a maior parte dos lançamentos da décima eclesiástica aos mosteiros e corporações escapou à autoridade dos ordinários e juntas eclesiásticas, o que para D. Fr. Caetano Brandão, pouco interessado em jurisdições temporais foi um grande alívio como ele próprio escreverá.

A contribuição dos mosteiros beneditinos foi de todas normalmente a mais volumosa. Nos dois primeiros anos da décima ordinária foram colectados pela junta eclesiástica — são colectados em Braga as terras das corporações exteriores ao arcebispado que aqui estejam localizadas —, firmando-se logo em 1800 a primeira avença à cabeça de todos vem Tibães, que apesar de ser o mais rico e abastado mosteiro da Ordem tem também a maior parte dos seus rendimentos e bens na área do arcebispado. Contudo Refojos de Bastos e Pombeiro devem possuir uma maior receita de dízimos a atentar na contribuição do Terço de 1811.



A contribuição dos mosteiros beneditinos do território do Arcebispado de Braga

	1797	%	1798	%	1811	%
Tibães					1.561.870	9,1
Refojos de Bastos					2.160.000	12,5
Rendufe					1.000.000	5,8
Pombeiro					2.000.000	11,7
Carvoeiro	520.000	40,5	700.000	40,1	471.000	2,7
Arnosó	200.000	15,6	280.000	16,0	966.665	5,6
Travanca	126.000	9,8	180.000	10,3	580.000	3,4
S. Romão de Neiva	110.000	8,5	170.000	9,7	121.665	0,7
Palme	100.000	7,8	100.000	5,7	163.335	0,9
Ganfei	75.000	5,8	110.000	6,3	600.000	3,5
Santo Tirso	75.000	5,8	110.000	6,3	539.165	3,1
Miranda	40.000	3,1	35.000	2,0	300.000	1,7
S. Bento de Viana (b)	35.000	2,7	60.000	3,4	668.835	3,9
Santa Ana de Viana (c)					838.835	4,9
S. Bento Barcelos (d)					31.300	0,1
A Congregação					4.762.000	27,9

(a) Décima e Terço.

(b) Rendimentos das igrejas de Outeiro, Vila Mós, Tamel, Parada, Gundar (ADB, Autos de 1828).

(c) Pelas igrejas de Loivos, Lara, Oliveira, Gandra e Arga de Cima (Idem, Autos de 1829).

(d) Igreja de S. Miguel do Barrocão.

Depois dos mosteiros beneditinos merece especial referência a contribuição dos mosteiros dos religiosos franciscanos que se não avançaram e em particular a contribuição do mosteiro de Vila do Conde: com 320 mil réis de décima em 1797, atinge o conto de réis em 1801, os 3 ½ contos em 1809 e 5.012.500 réis em 1811 com a contribuição dos terços. Segue-se-lhe o dos Remédios de Braga que em 1811 pagou 1.385.065 réis e depois, a uma distância considerável, os restantes: conventos da Conceição, Santa Clara de Guimarães e Val de Pereiras.

2. A contribuição civil

Ao mesmo tempo que se anima uma mais apertada fiscalização à generalidade dos impostos públicos, o ano de 1796 inicia o assalto à cidadela dos privilégios fiscais, seculares e eclesiásticos, cassando todas as isenções fiscais, de sisas, décimas e demais direitos régios. Lançada a décima aos rendimentos e benefícios eclesiásticos, chegara a hora dos altos estratos seculares contribuírem também mais e melhor para o Erário. Em grande medida esse objectivo



foi realizado através da criação de novos impostos e quinto, denominados também anexos à décima, pelo facto de ficarem a ser administrados e cobrados pelas Juntas de Superintendência da Décima. O quinto (ou duas décimas), com algumas vezes também é designado, incide sobre os rendimentos dos bens da Coroa possuídos pelos donatários particulares, laicos ou eclesiásticos. E os novos impostos sobre as cavalgaduras e criados, sinais exteriores de riqueza das classes mais abastadas¹⁶.

As invasões francesas e os acrescidos encargos com a despesa militar obrigariam a lançar sobre a população em geral – a que não escapam agora os ex-privilegiados – uma das mais pesadas cargas fiscais alguma vez lançada ao País¹⁷.

Já as negociações entabuladas pela diplomacia portuguesa desde 1796 no intuito de «comprar a paz» e garantir a inviolabilidade do território português tinham, por uma cláusula secreta, contratado na entrega de uma fabulosa quantia de 10 milhões de francos, extremamente gravosa para o Erário público. Depois viriam as contribuições impostas pelo invasor francês. O decreto de 4 de Dezembro de 1807 confisca todos os móveis e imóveis de súbditos ingleses em Portugal e todas as manufacturas inglesas, obrigando a sua declaração debaixo de pesadas penas. As rendas públicas e os direitos reais, à excepção das que andarem aplicadas para a amortização dos novos empréstimos e papel-moeda, são desde Dezembro de 1807 por uma ordem da Junta da Administração das Rendas da Província de Entre Douro e Minho, postas à disposição do General Chefe do Exército da Província. E a 23 de Dezembro de 1807 é estabelecida a Contribuição Extraordinária de Guerra de 100 milhões de francos «para servir de resgate de todas as propriedades» particulares, repartidas pelas províncias e cidades, em conformidade com as posses de cada um¹⁸.

Em consequência daquele decreto, foi fixado a contribuição de guerra a recair sobre todo o Reino, no valor de 40 milhões de cruzados, entrando neste cômputo a contribuição dos 2 milhões imposta aquando da entrada dos franceses e já satisfeita e que o decreto de 1 de Fevereiro de 1808 veio regular e repartir. Desde então as câmaras tratarão de proceder ao lançamento e cobrança daquelas contribuições nos artigos do decreto que lhe dizem respeito. Nesta tarefa se envolverão activamente os concelhos e suas autoridades municipais de modo a contribuir do melhor modo e não atrair sobre si suspeições que poderiam levar a represálias ainda mais gravosas.

¹⁶ Miguel de Bulhões, *A fazenda pública de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884.

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ *O Observador Português (1807-1808)*, pp. 84-97 e 161 e ss.

Para os lançamentos e repartição, como em muitos aspectos as contribuições de guerra são a duplicação ou extensão de contribuições já fixadas nas décimas ordinárias e novos impostos e anexos, os lançadores e repartidores nomeados seguem aqueles valores dos lançamentos ou tomam-nos como referência nas novas avaliações. Mas tal é feito fora das superintendências fiscais, presidindo agora os vereadores e procuradores ao lançamento. Nomeiam-se por outro lado por todas as terras, escrivães, cobradores, depositários e tesoureiros para tratar esta nova contribuição. Em Mirandela nomeia-se inclusive um procurador dos colectados certamente para representar estes interesses. E em Vila Nova de Cerveira um depositário das pratas contribuição que cabe aos eclesiásticos e por eles deve correr.

A contribuição lançada ao comércio a cargo da Junta do Comércio, foi também repartida pelas câmaras e comarcas. Para tal foram constituídos «congressos» das câmaras que integram as comarcas que aí se representaram por seus procuradores e repartiram o valor da contribuição fixada para a comarca. Nestes registos municipais há referência ao rateamento dos 8 contos de réis pelas 30 vilas e concelhos da comarca de Viana e 4 contos pelos concelhos da comarca de Valença.

Expulso o invasor, abolida a Contribuição de Guerra, a Junta do Governo tentando evitar o lançamento de novas imposições considera que lhe seria suficiente o recurso às ofertas voluntárias ordenadas e arrecadadas nas províncias que já tem reconhecido o governo legítimo, aos rendimentos das comendas das 3 ordens militares de Malta cujos proprietários estivessem fora das respectivas províncias, aos rendimentos da Bula da Cruzada e da Patriarcal que ainda se achassem em poder dos invasores, as sobras das sisas, os líquidos das confrarias e dinheiros aplicados às obras públicas. Às câmaras competia o registo e superintendência dos donativos e animar as ofertas voluntárias, aos corregedores os dinheiros das obras agora suspensas tal como das sobras das sisas e aos provedores a cobrança imediata dos rendimentos já vencidos da Patriarcal e comendas e rendimentos da Bula da Cruzada. Quanto à contribuição dos líquidos das irmandades e confrarias — à excepção das do Santíssimo e Misericórdia — ficavam os párocos de acordo com os oficiais das respectivas instituições, encarregados de fixar as somas que poderiam dispensar. Para a arrecadação destes dinheiros estabelecem-se recebedorias nas diferentes vilas e concelhos e uma recebedoria geral na cabeça da comarca.

Uma vez restaurado o poder e assumido o governo, as Juntas logo de imediato tomarem o controlo, o governo e a administração de todos os dinheiros e cofres públicos. A Junta Suprema do Porto, assume aqui também o controlo do Supremo Governo. E logo no imediato officiará às demais Juntas e comarcas para se proceder a uma relação exacta e individual de todas as rendas, imposições e direitos reais que naquela comarca se acham assentados e

costumam arrecadar, assumindo a superintendência e a administração de todas as rendas e fundos públicos. É com sua autorização que se administram os fundos nas demais comarcas, que lhe deveriam prestar contas e todos as clarezas de todas as movimentações de dinheiros, designadamente os remetidos à Tesouraria Geral das Tropas.

As demais Juntas criam também os seus próprios cofres públicos que logo cairão sobre a superintendência do Porto. Viana cria um Cofre Geral de Receita e Despesa que pretende impor a todas as comarcas da província, mas que logo a junta de Braga rejeita.

A Junta de Braga uma vez instituída, logo manda acelerar as cobranças das rendas públicas da sua comarca, mas também a décima eclesiástica, todo o dinheiro da Contribuição Extraordinária e de Guerra, ao seu Depósito Geral. Mas propõe-se de imediato, «aplicar os fundos segundo as ordens da Junta do Porto e as urgências da cidade e comarca». Atendendo ao seu zelo e autoridade, a Junta do Porto, conferirá um elevado grau de autonomia à junta bracarense na administração dos seus recursos.

Aqui em Braga o corregedor disputará a Junta, a superintendência e inspecção dos cofres e fazenda pública.

Na Província de Trás-os-Montes, a Junta de Bragança, coloca também de imediato os cofres públicos à sua disposição, tutela e inspecção. E do mesmo modo logo officia a todos as autoridades civis «a cujo cargo estiverem dinheiros públicos que logo, sem a menor perda de tempo, remetam à mesma Junta uma declaração exacta dos dinheiros que há «em ser», relação a enviar ao Secretário da Junta.

Afastado o governo intruso, as Juntas não prescindiriam da cobrança das contribuições de guerra. As tarefas da defesa e guerra que se continuariam, obrigariam mesmo a nova sobrecarga de impostos, que não se revelará menos pesado que a lançada pelos invasores.

Não foi possível, adiar por muito mais tempo a nova carga de impostos. Logo pelo alvará de 7 de Junho de 1809 é estabelecida pela Junta do Governo a primeira Contribuição Extraordinária de Defesa e que consistia essencialmente numa duplicação da contribuição da décima, dos impostos anexos, da terça das câmaras e de novas contribuições sobre as confrarias, misericórdias, empregados e funcionários até aí não compreendidos na décima do maneiio, logistas de venda a retalho e uma contribuição a ratear sobre o corpo do comércio. Nela se refere que os bens da Coroa, incluindo as capelas que pagavam o quinto ordinário, as 3 Ordens militares e de S. João de Jerusalém, todos os bens eclesiásticos, as Ordens terceiras, confrarias

e irmandades que pagavam décima, pagariam todos por igual o terço do rendimento de um ano, isto é, um acréscimo de cerca de 13% nuns casos, noutros 23%. As misericórdias pagariam somente o quinto. As câmaras viam a sua contribuição duplicada com um 2.º terço.

Ficavam isentas da contribuição extraordinária — como estavam já da décima ordinária — as casas dos expostos, hospitais, albergarias e também as côngruas dos párocos que não ultrapassassem os cem mil réis. Ficavam também livres da contribuição extraordinária os comendadores, que a poderiam pagar voluntariamente. A décima predial secular era também agravada com uma 2.ª décima tal como os impostos anexos, os ordenados, as tenças, as pensões, os juros reais e particulares e as apólices.

As contribuições da décima secular e impostos anexos, ofícios, empregos, lojas e estalagens e agora também a contribuição das confrarias e misericórdias continuariam a ser administradas e colectadas pelas superintendências da décima secular; a contribuição do corpo do comércio seria repartida pela Junta do Comércio. O terço dos bens e rendimentos eclesiásticos ficava a cargo dos prelados e ordinários das dioceses e entregues às Juntas por eles nomeadas e o dos bens das Ordens militares à Mesa da Consciência e Ordens.

A contribuição extraordinária lançada em 1809 será renovada depois sucessivamente com alterações ligeiras até 1814¹⁹. Em 1811 o comércio não retalhista em lugar da quota rateada pela Junta do Comércio — como acontecera nos 2 anos anteriores — fica também a pagar duas décimas pelos seus lucros anuais, lançada pelas Juntas das Superintendências, cuja actuação se alargaria a todos as demais contribuições extraordinárias, à excepção do terço das Ordens, confrarias, irmandades e décimas extraordinárias das misericórdias. Em 1812 impõe-se o 2% aos herdeiros e legatários ex-testamento ou ab-intestato que não forem ascendentes ou descendentes dos defuntos sobre o valor das heranças ou legados que receberem e 1% aos rendeiros das rendas e contratos reais ou particulares dos preços dos arrendamentos em lugar das duas décimas dos seus lucros, de difícil aplicação²⁰.

¹⁹ Em 1810, pela portaria de 2 de Agosto; em 1811, pela portaria de 31 de Julho; em 1812, pela portaria de 2 de Julho.

²⁰ Portaria de 2 de Julho de 1812. Todas estas rendas são extintas em Junho-Julho de 1814, passando os rendeiros a ser colectados pela décima do maneo como antes.